

## A abertura benigna

Roberto Gianetti da Fonseca

Relendo um memorável documento denominado "Manifesto Programa ao Povo Mineiro", escrito pelo meu bisavô João Pinheiro da Silva em 1906, por ocasião de sua posse então como governador de Minas Gerais, deparei-me com um trecho no qual ele expressava sua preocupação com a grande dependência econômica que o país tinha da produção e exportação de café, sujeitas a frequente volatilidade cíclica do clima e dos preços internacionais. Debatia-se naquela época sobre a necessidade de se elevar as tarifas alfandegárias para proteger e estimular a incipiente industrialização brasileira.

Escreveu então João Pinheiro a este respeito: "O problema econômico brasileiro não é como muitos pensam uma destas ideias políticas passageiras, vistoso fogo de artifício para surgir e passar veloz, na precariedade das coisas fictícias. Se a solução econômica para se obter o aumento da riqueza de um povo dependesse exclusivamente de um golpe de tarifas alfandegárias, certo seria, não haveria povo pobre no mundo. Com a decretação do protecionismo alfandegário se deveria fazer coincidir outras medidas visando promover e estimular diretamente a produção industrial no interior do país".

Do fundo da sua sábia percepção intuitiva, João Pinheiro nos remete ao debate econômico que aflora nesta fase pré-eleitoral, no qual economistas de variadas escolas de pensamento econômico sugerem propostas de abertura da economia brasileira, variando entre si no grau, no tempo, e na forma. A grande maioria coincide na firme opinião de que temos uma economia extremamente fechada e que um maior grau de abertura traria a nossa economia um maior grau de eficiência.

Mas, parafraseando João Pinheiro, não bastaria neste caso baixar as tarifas incondicionalmente e a felicidade da nação estaria garantida. Seria uma visão simplista e equivocada. Nossa economia nesta segunda década do século XXI enfrenta enormes desafios: crescimento sofrível, quase nulo no período de 2011 a 2017, forte desemprego e capacidade ociosa no setor

produtivo, baixo nível de poupança e investimentos, entre outros fatores inquietantes.

Preocupa-me a visão de alguns destes economistas que demandam uma imediata abertura unilateral e incondicional da economia brasileira, como se não houvesse uma enorme base industrial e milhões de empregos a serem preservados nesta iniciativa. Visão esta que ignora um elenco de externalidades que se configuram como desvantagens competitivas ao nosso setor produtivo, que precisam ser simultaneamente resolvidas em consonância com uma gradual redução de tarifas alfandegárias e uma intensa agenda de acordos de livre comércio com as maiores economias do planeta. Papel relevante teria o BNDES na função de induzir a inovação tecnológica através de financiamentos de longo prazo para o aggrionamento da indústria brasileira.

***É plausível um grau de abertura de 30% até 2025. Para isso o fluxo de comércio teria de crescer bem acima do PIB***

A maestria da política econômica consiste exatamente em tentar na medida do possível conciliar interesses conflitantes e maximizar o benefício econômico resultante. Neste caso da abertura econômica brasileira, em primeiro lugar deveríamos fixar uma meta e uma estratégia, e jamais realizá-la sem um claro diagnóstico de riscos a serem monitorados diuturnamente. Vejo por exemplo como plausível fixarmos um grau de abertura (exportações + importações/ PIB) evoluindo dos atuais 22,5% para 30% até 2025. Para se atingir esta meta o fluxo bilateral de comércio exterior deveria crescer de forma equilibrada e por anos seguidos a taxas bem superiores ao PIB nacional.

Com uma política de taxa cambial flutuante, confiável e competitiva (sem sub ou sobrevalorização induzida como já ocorreu no passado recente), já teríamos um bom começo **para assegurar uma abertura benigna, bem diferente do imbróglgio ocorrido em 1994, quando a dupla Ciro Gomes (então ministro da Fazenda) e Gustavo Franco (diretor do BC) levou à insolvência ou mesmo à falência dezenas de importantes indústrias brasileiras, com a redução drástica das tarifas à metade do que eram, e o câmbio administrado à época atingindo o piso de R\$ 0,86 por dólar, uma verdadeira insanidade. Meses depois as tarifas tiveram que ser novamente majoradas e a âncora cambial, esticada irresponsavelmente**

ao seu limite, em 1998 quase levou o país de volta a crise cambial dos anos 80.

Exportando e importando volumes bem superiores não há dúvida que em breve teríamos uma economia mais robusta e uma qualidade de vida muito superior para nossa população. Nossa indústria seria mais integrada às cadeias globais de valor, com acesso a melhores tecnologias de produção disponíveis e promovendo uma oferta de empregos de melhor qualidade. Uma Agenda de Competitividade deveria ser negociada com o setor privado e implementada em sintonia com a desejada gradual abertura econômica, na qual seriam introduzidas inúmeras reformas microeconômicas, de ordem tributária, financeira, e regulatória, pois seriam quase todas sujeitas a decretos ou leis de fácil aprovação pelo Executivo e Legislativo.

Cabe ainda ressaltar que a decisão de rebaixar as tarifas alfandegárias já há algum tempo não depende da vontade política exclusiva do Brasil, mas também de nossos parceiros do Mercosul, pois prevalece entre nós o regime de união aduaneira, e conseqüentemente a Tarifa Externa Comum do Mercosul. Portanto, há que se negociar a revisão tarifária conjunta e harmoniosa dos quatro países, ou alternativamente a revisão do Mercosul, evoluindo regressivamente do regime de união aduaneira para o de simples livre comércio, liberando os quatro Estados membros a praticarem tarifas alfandegárias distintas.

Esta negociação, em qualquer das duas hipóteses, não é nada trivial nem muito menos imediata. Vai exigir muita habilidade política de nossa diplomacia, mas há que ser enfrentada com firmeza e determinação.

A abertura benigna deve ser nosso maior objetivo, visando exclusivamente o aprimoramento de nossa economia, e a geração de renda, empregos, e de bem estar para a população brasileira. O risco de fazermos uma abertura unilateral e incondicional certamente não nos levaria a este resultado. Um liberalismo moderado a meu ver seria o caminho do êxito nesta tarefa. Sigamos o bom exemplo do passado, inspirados no mineiro João Pinheiro.